

***Aché Laboratórios  
Farmacêuticos S.A. e Controladas***

*Demonstrações Contábeis Individuais e  
Consolidadas Referentes ao Exercício  
Findo em 31 de Dezembro de 2011 e  
Relatório dos Auditores Independentes  
sobre as Demonstrações Contábeis*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do  
Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A.  
Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Achê Laboratórios Farmacêuticos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**


Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.


### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e facultativa para as demais companhias, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de março de 2012

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Reynaldo Awad Saad  
Contador  
CRC nº 1 SP 215056/O-1

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	133.319	120.190	552.848	495.841	Fornecedores	14	25.504	13.720	36.005	17.508
Contas a receber de clientes	6	145.770	114.021	223.436	179.739	Empréstimos e financiamentos	15	71.262	65.356	78.802	71.598
Estoques	7	112.057	97.069	166.426	151.955	Obrigações tributárias	16	20.529	17.390	64.051	28.954
Impostos e contribuições sociais a compensar	8	11.294	17.231	17.019	21.188	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		36.381	30.274	46.255	39.607
Dividendos a receber de controladas		128.922	112.925	-	-	Contas a pagar		5.835	6.605	12.995	14.668
Despesas antecipadas		15.781	13.148	18.561	16.505	Dividendos a pagar		150.000	139.792	150.000	139.792
Outros créditos		11.740	8.453	15.902	17.160	Outras obrigações		4.182	1.231	7.891	5.255
Total do ativo circulante		<u>558.883</u>	<u>483.037</u>	<u>994.192</u>	<u>882.388</u>	Total do passivo circulante		<u>313.693</u>	<u>274.368</u>	<u>395.999</u>	<u>317.382</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicações financeiras		-	-	5.911	5.204	Empréstimos e financiamentos	15	135.225	153.415	157.348	175.912
Depósitos judiciais		13.655	10.238	14.208	10.575	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	70.895	65.053	153.857	138.707
Impostos e contribuições sociais a compensar	8	1.614	654	2.103	821	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	71.187	130.176	80.274	136.703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	69.224	88.389	81.004	98.272	Outras obrigações		15.943	15.576	17.341	17.780
Outros ativos		1.432	1.422	1.432	1.422	Total do passivo não circulante		<u>293.250</u>	<u>364.220</u>	<u>408.820</u>	<u>469.102</u>
Investimentos	11	590.310	589.019	-	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Imobilizado	12	497.853	466.163	600.429	561.816	Capital social	20.a	407.310	407.310	407.310	407.310
Intangível	13	28.919	28.648	264.982	260.978	Reservas de capital	20.b	174.212	174.212	174.212	174.212
Total do ativo não circulante		<u>1.203.007</u>	<u>1.184.533</u>	<u>970.069</u>	<u>939.088</u>	Reserva de reavaliação		6.061	6.275	6.061	6.275
						Ajuste de avaliação patrimonial		177.410	179.098	177.410	179.098
						Reservas de lucros	20.c	389.954	262.087	389.954	262.087
						Participação dos acionistas não controladores nos patrimônios líquidos das controladas		-	-	4.495	6.010
						Total do patrimônio líquido		<u>1.154.947</u>	<u>1.028.982</u>	<u>1.159.442</u>	<u>1.034.992</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.761.890</u>	<u>1.667.570</u>	<u>1.964.261</u>	<u>1.821.476</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.761.890</u>	<u>1.667.570</u>	<u>1.964.261</u>	<u>1.821.476</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	989.365	900.379	1.401.218	1.266.036
Custo dos produtos vendidos		(203.086)	(180.238)	(286.138)	(251.730)
LUCRO BRUTO		786.279	720.141	1.115.080	1.014.306
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas		(403.031)	(362.389)	(546.640)	(500.483)
Gerais e administrativas		(81.025)	(69.768)	(106.935)	(83.955)
Participações dos empregados e administradores no resultado	28	(25.213)	(23.422)	(29.814)	(28.189)
Resultado de equivalência patrimonial	11	128.464	110.547	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	30.063	(11.131)	31.126	(11.161)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		435.537	363.978	462.817	390.518
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	24	29.345	21.732	69.049	52.484
Despesas financeiras	24	(18.512)	(24.223)	(23.173)	(24.214)
Variação cambial, líquida	24	(1.579)	532	(1.814)	544
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		444.791	362.019	506.879	419.332
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	10	(39.111)	(22.460)	(93.420)	(44.032)
Diferidos	10	(25.007)	(7.171)	(32.418)	(43.074)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		380.673	332.388	381.041	332.226
ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores		380.673	332.388	380.673	332.388
Acionistas não controladores		-	-	368	162
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico		5,96	5,20	5,96	5,20
Diluído		5,96	5,20	5,96	5,20

As demonstrações de resultados abrangentes não foram apresentadas devido ao fato de que a Companhia e suas controladas não apresentaram itens que afetassem os resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital			Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros						Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Participações dos acionistas não controladores	Total
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva de ágio na emissão de ações	Reserva de reavaliação	Em ativos próprios	Em controladas	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de novos produtos e imobilizado	Reserva para expansão	Reserva de lucros não distribuídos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	407.310	167.767	6.445	6.488	149.207	31.703	43.807	-	54.395	33.650	-	-	900.772	-	900.772
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(213)	-	-	-	-	-	-	-	213	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído	-	-	-	-	(1.568)	(244)	-	-	-	-	-	1.568	(244)	-	(244)
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	289	-	-	-	(289)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros não distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129.946	-	(131.514)	(1.568)	-	(1.568)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	332.388	332.388	-	332.388
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(148.937)	(148.937)	-	(148.937)
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(53.429)	(53.429)	-	(53.429)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.010	6.010
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	407.310	167.767	6.445	6.275	147.639	31.459	43.807	289	54.395	33.650	129.946	-	1.028.982	6.010	1.034.992
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(214)	-	-	-	-	-	-	-	214	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído em 2011	-	-	-	-	(483)	(1.205)	-	-	-	-	-	1.688	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	380.673	380.673	(368)	380.305
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	185	-	-	-	(185)	-	-	-
Constituição de reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado conforme AGO de 26 de abril de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	129.946	-	(129.946)	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros não distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.682	-	(7.682)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(104.708)	(104.708)	-	(104.708)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)	-	(150.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.000	(120.000)	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.147)	(1.147)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	407.310	167.767	6.445	6.061	147.156	30.254	43.807	474	184.341	33.650	7.682	120.000	-	4.495	1.159.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		444.791	362.019	506.879	419.332
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	22	15.348	12.493	20.584	16.176
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado		34	1.017	64	1.361
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		(25.449)	39.499	(22.889)	38.351
Provisão para perdas em estoques		5.957	1.648	8.798	1.613
Resultado de equivalência patrimonial	11	(128.464)	(110.547)	-	-
Provisões de juros e variações monetárias e cambiais		17.032	19.146	18.621	16.690
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		85	(9.230)	(366)	(13.809)
		<u>329.334</u>	<u>316.045</u>	<u>531.691</u>	<u>479.714</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(31.834)	(9.156)	(43.332)	(9.103)
Estoques		(19.794)	(15.348)	(21.974)	(14.276)
Impostos e contribuições sociais a compensar		(3.618)	(6.613)	(12.164)	(12.644)
Despesas antecipadas e outros créditos		(10.497)	(14.132)	(5.735)	(14.775)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		11.784	(2.675)	18.497	(8.231)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		6.107	1.089	6.648	(1.060)
Impostos e contribuições a recolher		(1.873)	4.135	333	3.241
Outras obrigações		2.215	8.023	192	9.838
Imposto de renda e contribuição social pagos		(25.172)	(25.613)	(43.272)	(44.421)
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas pagos		(33.540)	(6.304)	(33.540)	(6.567)
Juros pagos de financiamentos e empréstimos		(16.592)	(19.474)	(17.805)	(20.615)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>206.520</u>	<u>229.977</u>	<u>379.539</u>	<u>361.101</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>					
Dividendos recebidos de controladas		112.925	110.910	-	-
Aquisição e aporte de capital em empresas controladas menos caixa líquido		(1.750)	(20.133)	-	(16.703)
Redução de participação em controladas		-	-	(3.632)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(47.343)	(43.243)	(59.633)	(48.091)
Aquisição de aplicações financeiras		-	-	(707)	(626)
Recebimento por vendas de bens do ativo imobilizado		-	40	-	281
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>63.832</u>	<u>47.574</u>	<u>(63.972)</u>	<u>(65.139)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>					
Compra de participação de acionistas não controladores		-	-	(1.883)	-
Recebimento de debêntures		-	-	-	78.432
Captações de financiamentos e empréstimos		52.268	24.712	56.253	29.720
Amortizações de financiamentos e empréstimos		(64.991)	(59.980)	(68.430)	(63.060)
Dividendos pagos		(139.792)	(140.294)	(139.792)	(140.294)
Juros sobre o capital próprio pagos		(104.708)	(148.937)	(104.708)	(148.937)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(257.223)</u>	<u>(324.499)</u>	<u>(258.560)</u>	<u>(244.139)</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>13.129</u>	<u>(46.948)</u>	<u>57.007</u>	<u>51.823</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	5	120.190	167.138	495.841	444.018
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	5	133.319	120.190	552.848	495.841
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<u>13.129</u>	<u>(46.948)</u>	<u>57.007</u>	<u>51.823</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.162.955	1.058.806	1.607.624	1.459.453
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(85)	9.230	366	13.809
Outras receitas		675	286	1.099	872
		<u>1.163.545</u>	<u>1.068.322</u>	<u>1.609.089</u>	<u>1.474.134</u>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Matérias-primas consumidas		144.619	127.818	201.711	179.260
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		8.615	7.782	8.676	7.791
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		209.010	232.287	298.670	327.018
Perda (recuperação) de valores ativos		6.812	1.425	9.685	(2.466)
		<u>369.056</u>	<u>369.312</u>	<u>518.742</u>	<u>511.603</u>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		<u>794.489</u>	<u>699.010</u>	<u>1.090.347</u>	<u>962.531</u>
<b>DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO</b>	22	15.348	12.493	20.584	16.176
<b>VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>		<u>779.141</u>	<u>686.517</u>	<u>1.069.763</u>	<u>946.355</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Resultado da equivalência patrimonial	11	128.464	110.547	-	-
Receitas financeiras	24	29.345	21.732	69.049	52.484
		<u>157.809</u>	<u>132.279</u>	<u>69.049</u>	<u>52.484</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<u>936.950</u>	<u>818.796</u>	<u>1.138.812</u>	<u>998.839</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
<b>Pessoal</b>		<u>234.784</u>	<u>215.860</u>	<u>309.724</u>	<u>282.853</u>
Remuneração direta		202.335	183.107	266.181	239.251
Benefícios		19.525	21.028	26.303	28.201
FGTS		12.924	11.725	17.240	15.401
Impostos, taxas e contribuições		<u>278.868</u>	<u>224.697</u>	<u>392.367</u>	<u>329.769</u>
Federais		180.347	135.331	255.427	205.615
Estaduais		97.142	88.156	134.533	122.167
Outros tributos		1.379	1.210	2.407	1.987
Remuneração de capitais de terceiros		<u>42.625</u>	<u>45.851</u>	<u>55.680</u>	<u>53.667</u>
Juros		20.091	23.691	24.987	23.670
Aluguéis		22.534	22.160	30.693	29.997
Remuneração de capitais próprios		<u>380.673</u>	<u>332.388</u>	<u>381.041</u>	<u>332.550</u>
Dividendos e juros sobre o capital próprio		254.708	202.365	254.708	202.365
Lucros retidos do exercício		125.965	130.023	125.965	130.023
Participações dos acionistas não controladores		-	-	368	162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A. E CONTROLADAS

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

---

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

##### a) Objeto social

O Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. (“Companhia”) e controladas é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarulhos e tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano, atuando nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, musculoesquelético, saúde feminina, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, vitaminas, oncologia e dermocosmético, por meio de unidades de negócios de prescrição, hospitalar, genéricos e medicamentos isentos de prescrição.

A Companhia possui participação direta nas seguintes sociedades:

- i. Biosintética Farmacêutica Ltda. (“Biosintética”) - tem por objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, oncologia, através de unidades de negócios de prescrição, genéricos e medicamentos isentos de prescrição.
- ii. Aché International (BVI) Ltd. (“BVI”) - tem por objetivo principal manter parcerias com outras empresas internacionais, para o desenvolvimento técnico e operacional dos seus produtos.
- iii. Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda. (“Labofarma”) - tem por objetivo principal a distribuição e comercialização de medicamentos.
- iv. Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (“Melcon”) - tem por objetivo principal a industrialização, comercialização, importação e exportação de hormônios.

#### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem:

As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - BR GAAP e IFRSs e as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas em conformidade com as IFRSs), que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

## 2.2. Base para preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

## 2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). Para fins das demonstrações contábeis consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada Empresa do Grupo são convertidos para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia.

## 2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Participação - %	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Aché International (BVI) Ltd.	100,00	100,00
Biosintética Farmacêutica Ltda.	99,99	99,99
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	50,00	50,00
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	99,99	99,99

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas, estando consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia e por suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, não havia lucros não realizados entre as empresas consolidadas.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação de participações no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas consolidadas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

## 2.5. Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados.

A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas.

## 2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 2.7. Contas a receber de clientes e estimativa para créditos de liquidação duvidosa

Registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos de clientes devedores ou de mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

## 2.8. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

## 2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzido de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

### 2.9.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.

- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- Os benefícios econômicos associados à transação provavelmente fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues, e a titularidade legal é transferida.

#### 2.10. Receita de juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

#### 2.11. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais são reconhecidos como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais sejam atendidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo.

#### 2.12. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

### 2.12.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

### 2.12.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos geralmente sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são movimentados em conformidade com a legislação tributária, CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e com a Instrução CVM nº 371/02, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

### 2.12.3. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados aos itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

## 2.13. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos tem início quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado.

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para uso ou venda pretendida.

## 2.14. Ativos intangíveis

### 2.14.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo. Adicionalmente, as marcas e patentes adquiridas de terceiros estão registradas ao custo de aquisição, ajustado pelo seu valor de recuperação, quando aplicável.

#### Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

#### 2.14.2. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo-se o ágio

No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

#### 2.15. Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando necessário, uma provisão para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques.

#### 2.16. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.



O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## 2.17. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias.

#### (a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

#### (b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis nessa classificação.

#### (c) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os passivos e ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo e passivo circulantes, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas dos balanços, os quais são classificados como ativo e passivo não circulantes. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia, compreendem caixa, saldos bancários (nota explicativa nº 5), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15, saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 14) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6).

### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no exercício em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Outros resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

## 2.18. Classificação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas dos balanços. As diferenças decorrentes da conversão da moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

#### 2.19. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido.

#### 2.20. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros financeiros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios

#### 2.21. Lucro por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, conforme a nota explicativa nº 29.

### 3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

### Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis:

#### a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Nas datas dos balanços nenhuma evidência de não realização foi identificada.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até as datas dos balanços nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual.

A Companhia avalia anualmente a recuperação do ágio de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperação do ágio é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

#### b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas controladas fazem estimativas para a avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. A estimativa da avaliação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é feita tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização em seus compromissos.

#### c) Provisão para perdas em estoques

A Companhia e suas controladas fazem trimestralmente estimativas para a avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques seguindo os critérios apresentados a seguir:

- Produtos e materiais vencidos.
- Produtos “originais” com data de vencimento até 12 meses.
- Produtos “amostras grátis” com data de vencimento até 5 meses.
- Produtos bloqueados por qualidade.
- Produtos devolvidos por clientes.

## d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

## e) Impostos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

## 4. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

## a) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis do Grupo:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

- b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações do Grupo, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia e de suas controladas. O saldo dessa rubrica no fim do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Caixa e bancos	3.882	3.933	10.922	5.636
Aplicações financeiras	<u>129.437</u>	<u>116.257</u>	<u>541.926</u>	<u>490.205</u>
	<u>133.319</u>	<u>120.190</u>	<u>552.848</u>	<u>495.841</u>

As aplicações financeiras compreendem os Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras, com rendimento variando de 100,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e são classificadas pela Companhia e por suas controladas na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”; por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

## 6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Cientes	153.743	121.909	243.947	200.616
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.973)</u>	<u>(7.888)</u>	<u>(20.511)</u>	<u>(20.877)</u>
	<u>145.770</u>	<u>114.021</u>	<u>223.436</u>	<u>179.739</u>

O saldo das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Títulos a vencer	135.989	111.530	208.673	176.828
Títulos vencidos:				
De 1 a 30 dias	11.135	1.574	16.714	1.864
De 31 a 60 dias	955	355	1.405	512
De 61 a 90 dias	888	47	914	128
De 91 a 180 dias	318	234	588	411
Acima de 180 dias	<u>4.458</u>	<u>8.169</u>	<u>15.653</u>	<u>20.873</u>
	<u>153.743</u>	<u>121.909</u>	<u>243.947</u>	<u>200.616</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldo no início do exercício	7.888	17.118	20.877	34.686
Provisão	85	3.844	239	5.478
Reversão	<u>-</u>	<u>(13.074)</u>	<u>(605)</u>	<u>(19.287)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>7.973</u>	<u>7.888</u>	<u>20.511</u>	<u>20.877</u>



## 7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Produtos acabados	48.818	40.703	76.279	71.073
Produtos em elaboração	7.308	4.844	12.763	11.520
Matérias-primas	56.616	51.541	81.251	70.667
Adiantamento a fornecedor	8.629	4.489	13.376	8.435
Provisão para perdas em estoques	<u>(9.314)</u>	<u>(4.508)</u>	<u>(17.243)</u>	<u>(9.740)</u>
	<u>112.057</u>	<u>97.069</u>	<u>166.426</u>	<u>151.955</u>

Movimentação da provisão para perdas em estoques:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldo no início do exercício	4.508	2.858	9.740	8.099
Provisão para perda de estoque	9.186	2.419	19.305	4.770
Reversão de perda de estoque	<u>(4.380)</u>	<u>(769)</u>	<u>(11.802)</u>	<u>(3.129)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>9.314</u>	<u>4.508</u>	<u>17.243</u>	<u>9.740</u>

## 8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.928	5.056	4.934	5.127
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	3.940	11	3.940
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1	3.297	129	3.298
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS	4.515	3.385	6.069	4.286
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.444	1.605	3.298	2.161
Programa de Integração Social - PIS	633	451	848	609
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	158	81	3.481	2.433
Outros tributos	<u>229</u>	<u>70</u>	<u>352</u>	<u>155</u>
	<u>12.908</u>	<u>17.885</u>	<u>19.122</u>	<u>22.009</u>
Circulante	11.294	17.231	17.019	21.188
Não circulante	<u>1.614</u>	<u>654</u>	<u>2.103</u>	<u>821</u>
	<u>12.908</u>	<u>17.885</u>	<u>19.122</u>	<u>22.009</u>

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos - ativo e passivo são provenientes de despesas e receitas temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, créditos fiscais incorporados, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<u>Ativo</u>				
Imposto de renda diferido sobre:				
Prejuízos fiscais	-	5.434	-	5.434
Provisões temporariamente não dedutíveis:				
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	36.662	48.304	38.945	49.316
Participações nos resultados	4.426	3.325	4.426	3.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.925	1.904	5.060	5.151
Provisão para perdas em estoques	2.329	1.163	4.311	2.534
Outras	<u>3.326</u>	<u>1.229</u>	<u>4.590</u>	<u>2.864</u>
	<u>48.668</u>	<u>61.359</u>	<u>57.332</u>	<u>68.625</u>
Contribuição social diferida sobre:				
Bases negativas	4.323	8.188	4.323	8.188
Riscos tributários, cíveis e trabalhistas	11.048	15.238	11.869	15.603
Participações nos resultados	1.593	1.197	1.593	1.197
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	693	685	1.822	1.854
Provisão para perdas em estoques	838	419	1.552	912
Outras	<u>2.061</u>	<u>1.303</u>	<u>2.513</u>	<u>1.893</u>
	<u>20.556</u>	<u>27.030</u>	<u>23.672</u>	<u>29.647</u>
	<u>69.224</u>	<u>88.389</u>	<u>81.004</u>	<u>98.272</u>
<u>Passivo</u>				
Imposto de renda diferido sobre:				
Reavaliação	2.131	2.208	2.996	3.396
Custo atribuído ao ativo imobilizado (“deemed cost”)	29.500	29.735	32.486	32.723
Ágio amortizado para fins fiscais	2.862	2.862	53.847	46.617
Custo dos empréstimos	5.003	2.252	5.003	2.252
Atualização monetária de depósitos judiciais (regime de caixa)	12.951	11.104	12.951	11.104
Ajuste a valor presente de passivos financeiros	-	-	4.724	4.656
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.440</u>	<u>1.571</u>
	<u>52.447</u>	<u>48.161</u>	<u>113.447</u>	<u>102.319</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contribuição social diferida sobre:				
Reserva de reavaliação	334	351	645	779
Custo atribuído ao ativo imobilizado ("deemed cost")	10.620	10.705	11.696	11.781
Ágio amortizado para fins fiscais	1.030	1.030	19.385	16.782
Custo dos empréstimos	1.801	810	1.801	810
Atualização monetária de depósitos judiciais (regime de caixa)	4.663	3.996	4.662	3.996
Ajuste a valor presente de passivos financeiros	-	-	1.701	1.676
Outros	-	-	520	564
	<u>18.448</u>	<u>16.892</u>	<u>40.410</u>	<u>36.388</u>
	<u>70.895</u>	<u>65.053</u>	<u>153.857</u>	<u>138.707</u>

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontadas ao seu valor presente, preparadas pela Companhia e por suas controladas, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e não possui prazo de prescrição.

Conforme as projeções elaboradas pela Administração e aprovadas pelo Comitê de Finanças e pelo Conselho de Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social têm sua realização estimada como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:				
2012	4.323	10.333	4.323	10.333
2013	-	3.289	-	3.289
	<u>4.323</u>	<u>13.622</u>	<u>4.323</u>	<u>13.622</u>

## 10. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	444.791	362.019	506.879	419.332
Despesa nominal de imposto de renda e contribuição social - 34%	(151.229)	(123.086)	(172.339)	(142.573)
Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	43.229	37.586	-	-
Benefício fiscal com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica	6.520	4.576	7.353	5.120
Juros sobre o capital próprio pagos	35.601	50.639	35.601	50.639
Despesas não dedutíveis	(688)		(1.121)	
Outras	<u>2.449</u>	<u>654</u>	<u>4.668</u>	<u>(292)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(64.118)</u>	<u>(29.631)</u>	<u>(125.838)</u>	<u>(87.106)</u>
Correntes	(39.111)	(22.460)	(93.420)	(44.032)
Diferidos	<u>(25.007)</u>	<u>(7.171)</u>	<u>(32.418)</u>	<u>(43.074)</u>
Total	<u>(64.118)</u>	<u>(29.631)</u>	<u>(125.838)</u>	<u>(87.106)</u>

## 11. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Participação em empresas controladas	561.330	563.671
Ágio - Asta Médica	11.446	11.446
Ágio - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	<u>17.534</u>	<u>13.901</u>
	<u>590.310</u>	<u>589.019</u>

Com base na interpretação técnica ICPC 09, para fins de apresentação dos balanços patrimoniais individuais, os ágios foram classificados como parte dos investimentos que lhes deram origem, pois fazem parte do investimento adquirido. No balanço patrimonial consolidado, os ágios foram reclassificados para o ativo intangível por serem referentes à expectativa de rentabilidade de cada controlada adquirida, com base em laudo de avaliação preparado por especialistas à época das aquisições, cujos ativos e passivos estão consolidados nas demonstrações da Companhia.

As informações dos investimentos em controladas são como segue:

Controladas	Valores em 31/12/11		Participação - %	Equivalência patrimonial		Investimentos	
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício		Variação cambial	Equivalência patrimonial	31/12/11	31/12/10
Aché International (BVI) Ltd.	1.244	(7)	100,00	140	(7)	1.244	1.111
Biosintética Farmacêutica Ltda.	555.796	128.186	99,99	-	128.186	555.796	556.532
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	8.990	736	50,00	-	368	4.495	6.010
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	(205)	(223)	99,99	-	(223)	(205)	18
	<u>565.825</u>	<u>128.692</u>		<u>140</u>	<u>128.324</u>	<u>561.330</u>	<u>563.671</u>

Movimentação dos investimentos em controladas:

Controladas	31/12/10	Aumento	Equivalência patrimonial		Dividendos	Redução de investimentos	31/12/11
			Variação cambial	Equivalência patrimonial			
Aché Internacional (BVI) Ltd.	1.111	-	140	(7)	-	-	1.244
Biosintética Farmacêutica Ltda.	556.532	-	-	128.186	(128.922)	-	555.796
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	6.010	1.750	-	368	-	(3.633)	4.495
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	18	-	-	(223)	-	-	(205)
	<u>563.671</u>	<u>1.750</u>	<u>140</u>	<u>128.324</u>	<u>128.922</u>	<u>(3.633)</u>	<u>561.330</u>

Movimentação dos investimentos em controladas em 2010:

Controladas	31/12/09	Aumento	Equivalência patrimonial		Dividendos	31/12/10
			Variação cambial	Equivalência patrimonial		
Aché Internacional (BVI) Ltd.	1.692	-	(72)	(509)	-	1.111
Biosintética Farmacêutica Ltda.	558.340	(244)	-	111.361	(112.925)	556.532
Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	-	6.172	-	(162)	-	6.010
Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	29	60	-	(71)	-	18
	<u>560.061</u>	<u>5.988</u>	<u>(72)</u>	<u>110.619</u>	<u>112.925</u>	<u>563.671</u>

Os detalhes das transações entre partes relacionadas estão descritos na nota explicativa nº 17.

## 12. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora (BR GAAP)					
		31/12/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	82.773	-	82.773	82.773	-	82.773
Edifícios	2,1	302.612	(96.399)	206.213	302.612	(92.072)	210.540
Instalações	10	39.448	(27.465)	11.983	36.808	(25.340)	11.468
Máquinas e equipamentos	9	109.685	(72.530)	37.155	99.575	(67.852)	31.723
Móveis e utensílios	10	18.003	(16.595)	1.408	17.659	(15.957)	1.702
Veículos	20	1.798	(1.570)	228	1.745	(1.484)	261
Equipamentos de informática	33	22.188	(19.358)	2.830	19.423	(18.447)	976
Outros	-	<u>10.539</u>	<u>(6.977)</u>	<u>3.562</u>	<u>10.130</u>	<u>(6.373)</u>	<u>3.757</u>
		587.046	(240.894)	346.152	570.725	(227.525)	343.200
Imobilizado em andamento	-	<u>151.701</u>	-	<u>151.701</u>	<u>122.963</u>	-	<u>122.963</u>
		<u>738.747</u>	<u>(240.894)</u>	<u>497.853</u>	<u>693.688</u>	<u>(227.525)</u>	<u>466.163</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)					
		31/12/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	122.666	-	122.666	122.666	-	122.666
Edifícios	2,1	340.996	(104.480)	236.516	340.996	(99.092)	241.904
Instalações	10	46.789	(32.597)	14.192	43.808	(30.152)	13.656
Máquinas e equipamentos	9	168.003	(105.431)	62.572	149.332	(98.039)	51.293
Móveis e utensílios	10	18.805	(16.793)	2.012	18.265	(16.090)	2.175
Veículos	20	2.265	(1.897)	368	2.540	(2.107)	433
Equipamentos de informática	33	25.177	(21.501)	3.676	22.199	(20.998)	1.201
Moldes e ferramentas industriais	-	<u>13.346</u>	<u>(7.614)</u>	<u>5.732</u>	<u>12.298</u>	<u>(6.773)</u>	<u>5.525</u>
		<u>738.047</u>	<u>(290.313)</u>	<u>447.734</u>	<u>712.104</u>	<u>(273.251)</u>	<u>438.853</u>
Imobilizado em andamento	-	<u>152.695</u>	<u>-</u>	<u>152.695</u>	<u>122.963</u>	<u>-</u>	<u>122.963</u>
		<u>890.742</u>	<u>(290.313)</u>	<u>600.429</u>	<u>835.067</u>	<u>(273.251)</u>	<u>561.816</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldo no início do exercício	466.163	437.649	561.816	521.742
Adições (líquidas das transferências de projetos encerrados):				
Terrenos	-	734	-	734
Instalações	508	663	1.132	999
Máquinas e equipamentos	10.077	6.604	18.930	9.767
Móveis e utensílios	349	261	563	398
Veículos	54	94	69	255
Equipamentos de informática	2.838	455	3.644	636
Imobilizado em andamento	31.111	32.785	32.105	32.809
Moldes e ferramentas industriais	<u>407</u>	<u>886</u>	<u>1.029</u>	<u>1.629</u>
	<u>45.344</u>	<u>42.482</u>	<u>57.472</u>	<u>47.227</u>
Saldo proveniente da aquisição da Melcon	-	-	-	11.373
Baixas líquidas/transferências para o intangível	(224)	(1.103)	(254)	(1.665)
Depreciação	<u>(13.430)</u>	<u>(12.865)</u>	<u>(18.605)</u>	<u>(16.861)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>497.853</u>	<u>466.163</u>	<u>600.429</u>	<u>561.816</u>

#### Bens dados em garantia e/ou penhora

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados em penhora e aval de operações de empréstimos e financiamentos, bem como arrolados em defesa em processos judiciais, conforme informações descritas na nota explicativa nº 15.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Todos os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam iniciativas de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Administração da Companhia e de suas controladas para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de unidades produtivas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as unidades geradoras de caixa, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2011, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de eventual redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

## 13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	(BR GAAP)		(BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Marcas (a)	24.567	23.154	27.485	26.060
Softwares	4.352	5.494	4.576	5.629
Ágio - Asta Médica Ltda. (b)	-	-	11.446	11.446
Ágio - Biosintética Farmacêutica Ltda. (c)	-	-	203.942	203.942
Ágio - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (d)	-	-	17.533	13.901
	<u>28.919</u>	<u>28.648</u>	<u>264.982</u>	<u>260.978</u>

- (a) Representadas por marcas adquiridas de terceiros e/ou adquiridas em processo de aquisição de empresas controladas.
- (b) Ágio proveniente da aquisição da controlada Asta Médica Ltda., incorporada pela Companhia em 2003, tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008 com base na expectativa de rentabilidade futura.
- (c) Inclui o ágio da controlada Biosintética Farmacêutica Ltda., proveniente da incorporação reversa da então controladora Delta Participações Ltda., ocorrida em 31 de março de 2006, passando ambas a ser 100% das investidas da Companhia. O ágio correspondente está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura.
- (d) Ágio proveniente da aquisição da controlada Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. em agosto de 2010.

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Saldo no início do exercício	28.648	29.844	260.978	248.243
Saldo proveniente de aquisição de empresas controladas	-	-	-	7
Adições - ágio - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (*)	-	-	3.632	13.901
Adições - softwares	1.999	761	2.161	824
Transferências do imobilizado em andamento	190	46	190	66
Amortização - softwares	<u>(1.918)</u>	<u>(2.003)</u>	<u>(1.979)</u>	<u>(2.063)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>28.919</u>	<u>28.648</u>	<u>264.982</u>	<u>260.978</u>

(\*) Ajuste de ágio realizado com base na Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Melcon, realizada em 20 de dezembro de 2010 e registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG em 21 de novembro de 2011, a qual deliberou pela rerratificação da 9ª Alteração do Contrato Social da Companhia, de 26 de agosto de 2010, alterando o número de cotas transferidas originalmente pelos antigos cotistas à Companhia, de 7.500.000 cotas para 3.867.501 cotas.

#### 14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Fornecedores nacionais	10.846	10.313	16.829	14.067
Fornecedores do exterior	11.520	2.589	19.058	3.435
Partes relacionadas (vide nota explicativa nº 17)	<u>3.138</u>	<u>818</u>	<u>118</u>	<u>6</u>
	<u>25.504</u>	<u>13.720</u>	<u>36.005</u>	<u>17.508</u>



## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos anuais - %	Vencimento	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
			31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Moeda nacional:						
PRÓ-DF (*)	25% do INPC+2,43%	2025		-	18.847	17.517
FINAME	TJLP +1,15% a 2,95%	2020	1.336	1.653	1.709	1.970
FINAME	e 4,50% a 5,50%	2016	4.914	-	5.629	76
FCO E FOMENTAR	9,5 a 10%	2018		-	3.242	2.810
FINEP	4%	2019	38.867	-	38.867	-
BNDES	6%	2012		-	1.760	4.106
BNDES	UMBDES + 1,5%	2012		-	172	333
Profarma - BNDES	TJLP + 1,5% a 3%	2016	<u>154.781</u>	<u>211.437</u>	<u>154.806</u>	<u>211.494</u>
			199.898	213.090	225.032	238.306
Moeda estrangeira						
	Libor + 0,95% a 2,85%	2013	<u>6.589</u>	<u>5.681</u>	<u>11.118</u>	<u>9.204</u>
			<u>206.487</u>	<u>218.771</u>	<u>236.150</u>	<u>247.510</u>
Circulante						
			71.262	65.356	78.802	71.598
Não circulante						
			<u>135.225</u>	<u>153.415</u>	<u>157.348</u>	<u>175.912</u>
			<u>206.487</u>	<u>218.771</u>	<u>236.150</u>	<u>247.510</u>

(\*) A Companhia mantém um financiamento no Banco de Brasília com prazo de utilização contratado até 2025, cujos valores serão pagos em única parcela ao final de 15 anos contados a partir da liberação. A Companhia registra a dívida pelo seu valor presente, tendo seus efeitos na captação dos recursos contabilizados no resultado operacional e os ajustes decorrentes de alteração de taxa de juros e recomposição do valor original contabilizados no resultado financeiro. O ajuste financeiro é calculado considerando a taxa de juros SELIC projetada pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

- Moeda nacional

Estão substancialmente representados por captação de financiamento no Profarma - BNDES.

a) Garantias e cláusulas restritivas

Controladora

O financiamento Profarma - BNDES é destinado à construção da nova unidade industrial de Guarulhos - SP. Esses empréstimos preveem hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destacam o descumprimento dos seguintes índices financeiros: limitar seu índice de endividamento igual ou inferior a 0,75% do ativo total consolidado e manter a dívida total líquida igual ou inferior a três múltiplos do EBITDA consolidado. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia está adimplente com esta cláusula contratual.

Adicionalmente, os financiamentos relacionados ao Profarma - BNDES têm como garantia a concessão, em hipoteca, dos imóveis, das máquinas e dos equipamentos de sua propriedade, situados em Guarulhos.

Controlada Biosintética Farmacêutica Ltda. - contratos celebrados antes de sua aquisição

O financiamento do PRÓ-DF, oriundo do Banco de Brasília, tem como garantia as aplicações financeiras (CDB), que equivalem a 10% do montante financiado. Essas aplicações estão demonstradas na rubrica “Aplicações financeiras”, no ativo não circulante.

Os financiamentos relacionados ao Profarma - BNDES têm como garantia a concessão, em hipoteca, dos imóveis de propriedade de sua controladora, localizado na cidade de Guarulhos -SP.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
ICMS	8.210	11.109	12.548	22.631
IRPJ	5.012	-	32.568	34
COFINS	5.040	5.051	5.224	5.051
CSLL	-	-	6.837	22
PIS	1.067	1.071	1.107	1.071
Outros	<u>1.200</u>	<u>159</u>	<u>5.767</u>	<u>145</u>
	<u>20.529</u>	<u>17.390</u>	<u>64.051</u>	<u>28.954</u>

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas e seus respectivos saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receitas:				
Industrialização para a Biosintética Farmacêutica Ltda. (a)	32.955	24.210	-	-
Industrialização para a Indústria Farmacêutica Melcon S.A. (a)	186	-	-	-
Compras-				
Compras de mercadorias da Biosintética Farmacêutica Ltda. (a)	8.625	7.441	-	-

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
<b>Ativo circulante:</b>				
Contas a receber - Biosintética Farmacêutica Ltda. (b)	5.134	1.224	-	-
Dividendos e partes relacionadas a receber - Biosintética Farmacêutica Ltda.	128.922	112.925	-	-
Contas a receber - Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda. (b)	16	25	-	-
Adiantamento a fornecedor - Farmaprod Administração e Serviços Ltda.	552	785	2.059	1.648
Adiantamento a fornecedor - Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda.	1.950	-	-	-
Adiantamento e contas a receber - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A.	257	-	-	-
<b>Passivo circulante:</b>				
Contas a pagar - Biosintética Farmacêutica Ltda. (b)	624	818	-	-
Contas a pagar - Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda. (b)	2.426	-	-	-
Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual - Laramara	88	-	118	6

- (a) Industrialização de produtos e prestação de serviços corporativos repassados às empresas controladas pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços.
- (b) Saldo de contas a receber e a pagar das referidas transações e reembolso de gastos comuns entre as sociedades através de notas de débito.

#### Remuneração dos administradores

A remuneração dos diretores e membros da Administração da Companhia é como segue:

<u>Remuneração</u>	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Remuneração global dos administradores	<u>5.830</u>	<u>7.176</u>

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

## 18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, com base em sua avaliação e amparada pelas opiniões dos seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A composição das provisões por natureza é demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Tributários	101.404	157.555	104.777	160.226
Trabalhistas	44.298	37.943	50.048	41.992
Cíveis	<u>5.848</u>	<u>2.615</u>	<u>6.417</u>	<u>2.615</u>
	151.550	198.113	161.242	204.833
Depósitos judiciais	<u>(80.363)</u>	<u>(67.937)</u>	<u>(80.968)</u>	<u>(68.130)</u>
	<u>71.187</u>	<u>130.176</u>	<u>80.274</u>	<u>136.703</u>

As movimentações encontram-se apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)					<u>31/12/11</u>
	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	
Tributários	157.555	18.555	(49.250)	(33.540)	8.084	101.404
Trabalhistas	37.943	15.056	(12.692)	-	3.991	44.298
Cíveis	<u>2.615</u>	<u>3.503</u>	<u>(270)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.848</u>
	198.113	37.114	(62.212)	(33.540)	12.075	151.550
Depósitos judiciais	<u>(67.937)</u>	<u>(2.192)</u>	<u>210</u>	<u>-</u>	<u>(10.444)</u>	<u>(80.363)</u>
	<u>130.176</u>	<u>34.922</u>	<u>(62.002)</u>	<u>(33.540)</u>	<u>1.631</u>	<u>71.187</u>

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)					<u>31/12/11</u>
	<u>31/12/10</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização</u>	
Tributários	160.226	52.894	(84.638)	(33.540)	9.835	104.777
Trabalhistas	41.992	19.226	(15.683)	-	4.513	50.048
Cíveis	<u>2.615</u>	<u>4.072</u>	<u>(270)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.417</u>
	204.833	76.192	(100.591)	(33.540)	14.348	161.242
Depósitos judiciais	<u>(68.130)</u>	<u>(2.346)</u>	<u>256</u>	<u>-</u>	<u>(10.748)</u>	<u>(80.968)</u>
	<u>136.703</u>	<u>73.846</u>	<u>(100.335)</u>	<u>(33.540)</u>	<u>3.600</u>	<u>80.274</u>

Com relação aos processos administrativos e judiciais envolvendo assuntos de natureza tributária mencionados, destacam-se os seguintes:

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
PIS e COFINS (a)	5.996	5.309
IRPJ e CSLL (b)	23.418	41.993
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (c)	26.607	28.791
ICMS (d)	7.551	15.300
Outros	<u>41.205</u>	<u>68.833</u>
	104.777	160.226
Depósitos judiciais	<u>(82.437)</u>	<u>(76.033)</u>
	<u>22.340</u>	<u>84.193</u>

- (a) Ação ordinária que discute a decadência de competências remanescentes do questionamento judicial quanto à majoração de alíquota, Lei nº 9.718/98.
- (b) Dedutibilidade da CSLL no lucro real, dedutibilidade de parcela da correção monetária do balanço no lucro real e na base de cálculo da contribuição social e dedutibilidade de juros sobre o capital próprio na base de cálculo da contribuição social.
- (c) Majoração da alíquota - questionamento do aumento da contribuição ao FGTS em 0,5% calculada sobre a folha de pagamento dos funcionários e do aumento em 10% da multa rescisória.
- (d) Execuções fiscais embargadas, autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda dos Estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e São Paulo que discutem substituição tributária, não internamento na Zona Franca de Manaus, glosa de crédito, etc.

A Administração considera que o resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia.

A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

#### Processo classificado como risco de perda possível

Processo Administrativo nº 16643.720001/2011-18

Em maio de 2011, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Biosintética no valor total de aproximadamente R\$301.000, para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base 2006 a 2009, por entender que a Biosintética não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio pago na aquisição da empresa Delta Participações Farmacêuticas S.A. (“Delta”).

A Companhia apresentou impugnação à referida autuação e, com base em parecer legal dos consultores jurídicos externos, acredita-se que os argumentos de defesa estão bem fundamentados e que o risco de perda, com relação à dedução do ágio, é possível com tendência a remoto, enquanto, com referência à aplicação da multa majorada, o risco de perda é remoto. Por essa razão, não foi registrada nenhuma provisão para esse caso, tendo em vista que a questão não deve ter impacto nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011.

Ação Civil Publica nº 2005.01.1.063866-9

A Empresa usufrui desde 18 de junho de 2004 dos incentivos financeiros oferecidos pelo Distrito Federal por intermédio dos programas intitulados PRÓ-DF e PRÓ-DF II, sucessivamente (esse último desde abril de 2009).

Algumas mudanças no cenário de risco ocorreram no decorrer de 2011. Em junho do ano corrente, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADINs que tinham por objeto os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos Estados e Distrito Federal relacionados ao ICMS.

Nesse contexto, o referido Tribunal julgou parcialmente procedente a ADIN nº 2.549, que questiona a constitucionalidade do incentivo financeiro concedido pelo Distrito Federal intitulado PRÓ-DF.

Entretanto, alterando esse cenário desfavorável, em setembro de 2011 foi editado o Convênio ICMS nº 84/11, aprovado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ e com ratificação nacional em 21 de outubro, pelo qual o Distrito Federal inicialmente suspende e concede posteriormente a remissão dos débitos referentes ao PRÓ-DF.

Considerando que o objeto da Ação Civil Pública é a anulação dos decretos instituidores do PRÓ-DF, foi consolidado o entendimento, reforçado em parecer emitido por consultores jurídicos externos, de que são remotas as chances de ônus financeiro que impliquem a necessidade de manutenção da provisão relacionada ao PRÓ-DF.

No que diz respeito ao PRÓ-DF II, este não sofreu, até o presente momento, nenhum questionamento sobre a sua validade pelas autoridades competentes. Além disso, considerando o precedente favorável ocorrido com o PRÓ-DF, a Administração da Companhia, também suportada por parecer de seus consultores jurídicos externos, entende que a avaliação de risco relacionada à parcela dos incentivos usufruídos sob a rubrica do segundo programa (PRÓ-DF II) deve ser classificada como “perda possível”, não justificando, assim, a manutenção da provisão anteriormente constituída para esse fim.

Pelos motivos expostos, as provisões referentes aos programas PRÓ-DF e PRÓ-DF II foram revertidas em dezembro do ano corrente, registrando um ganho de R\$31.431 no resultado da Companhia, registrado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011, existiam em outras reclamações trabalhistas processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia e suas controladas, para os quais seus consultores jurídicos externos classificaram a possibilidade de perda como possível, no montante total de R\$36.802 (R\$51.594 em 2010), para os quais, portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações.

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados.

## a) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Este índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	(BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15)	236.150	247.510
Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5)	(552.848)	(495.841)
Aplicações financeiras - realizável a longo prazo	<u>(5.911)</u>	<u>(5.204)</u>
Posição financeira líquida	<u>(322.609)</u>	<u>(253.535)</u>
Patrimônio líquido	1.159.442	1.034.992
Total do capital	407.310	407.310
Índice de posição financeira líquida	(79,20%)	(62,25%)

b) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora (BR GAAP)	
	Valor contábil e valor de mercado	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativos financeiros-		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	133.319	120.190
Contas a receber	145.770	114.021
Outros passivos financeiros-		
Empréstimos	206.487	218.771
	Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	Valor contábil e valor de mercado	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativos financeiros:		
Mantidos até o vencimento-		
Aplicação financeira - CDB	5.911	5.204
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	552.848	495.841
Contas a receber	223.436	179.739
Outros passivos financeiros-		
Empréstimos	236.150	247.510

A Administração da Companhia é da opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo ao do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.



c) Valor de mercado de instrumentos financeiros

Os saldos financeiros de caixa e equivalentes de caixa (caixa, bancos e aplicações financeiras), contas a receber de clientes e passivo circulante correspondem ao valor de mercado em razão de o vencimento ocorrer em data próxima à do balanço. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em juros variáveis em virtude das condições de mercado; portanto, os saldos devedores existentes nas datas dos balanços correspondem ao valor de mercado ajustado a valor presente.

d) Taxas de juros

A Companhia celebrou contratos com taxas de juros flutuantes substancialmente relacionadas à remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP mais 3% ao ano nos financiamentos e empréstimos contraídos em reais e juros variáveis de Libor acrescida de 0,95% ao ano para os empréstimos em moeda estrangeira. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à remuneração do CDI.

e) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual dos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes através da avaliação dos créditos de liquidação duvidosa.

f) Risco com taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os valores nominais a pagar ou os valores captados no mercado.

Existem valores a pagar denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos, euros, francos suíços, libras esterlinas e ienes), estando, portanto, expostos a riscos relacionados à variação do câmbio. Os totais de ativos e passivos sujeitos à exposição cambial, nas respectivas moedas, estão demonstrados a seguir:

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
		<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Em euros:	EUR				
Ativos		1.433	1.067	2.225	2.013
Passivos		<u>(2.396)</u>	<u>(373)</u>	<u>(3.982)</u>	<u>(463)</u>
Exposição líquida		<u>(963)</u>	<u>694</u>	<u>(1.757)</u>	<u>(1.550)</u>
Em dólares norte-americanos:	US\$				
Ativos		837	651	3.299	2.906
Passivos		<u>(2.845)</u>	<u>(878)</u>	<u>(4.815)</u>	<u>(1.280)</u>
Exposição líquida		<u>(2.008)</u>	<u>(227)</u>	<u>(1.516)</u>	<u>1.626</u>
Em francos suíços:	CHF				
Ativos		75		75	
Passivos		<u>(168)</u>	<u>(157)</u>	<u>(168)</u>	<u>(157)</u>
Exposição líquida		<u>(93)</u>	<u>(157)</u>	<u>(93)</u>	<u>(157)</u>
Em libras esterlinas:	GBP				
Passivos		<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Exposição líquida		<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>	<u>(3)</u>
Em ienes:	JPY				
Passivos		<u>-</u>	<u>(350)</u>	<u>-</u>	<u>(350)</u>
Exposição líquida		<u>-</u>	<u>(350)</u>	<u>-</u>	<u>(350)</u>

Entre os principais saldos expostos à variação cambial temos:

- Clientes - esses ativos geraram saldo devedor de variação cambial nos montantes de R\$36 na controladora e de R\$12 credor no consolidado em 31 de dezembro de 2011 (saldo credor de R\$8 na controladora e de R\$258 no consolidado em 31 de dezembro de 2010).
- Fornecedores e adiantamentos - esses passivos geraram saldo devedor de variação cambial nos montantes de R\$653 na controladora e de R\$832 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2011 (saldo credor de R\$296 na controladora e de R\$53 devedor no consolidado em 31 de dezembro de 2010).
- Empréstimos e financiamentos - conforme descrito na nota explicativa nº 15, estão acrescidos dos encargos pactuados até as datas dos balanços, totalizando um saldo de passivo no montante de R\$7.231 na controladora e de R\$11.954 no consolidado em 31 de dezembro de 2011 (R\$5.681 na controladora e R\$9.204 no consolidado em 31 de dezembro de 2010). Esses passivos geraram saldo devedor de variação cambial no montante de R\$758 na controladora e saldo credor de R\$1.263 no consolidado (saldo credor de R\$228 na controladora e R\$410 no consolidado em 31 de dezembro de 2010).

g) Contratos com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos.

## h) Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado, caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5). Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A seguir está demonstrado em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados consolidados:

	<u>Até 1</u> <u>ano</u>	<u>Até 2</u> <u>anos</u>	<u>De 3 a 4</u> <u>anos</u>	<u>Acima de</u> <u>4 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	36.005	-	-	-	36.005
Empréstimos e financiamentos	78.802	68.583	40.345	48.420	236.150

## i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Companhia são monitorados pela Administração, principalmente aqueles relacionados à variação das aplicações financeiras e dos empréstimos captados. A Administração realizou estudos quanto à análise de sensibilidade sobre os seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido na data das demonstrações contábeis, conforme sugerido pelo CPC 40- Instrumentos Financeiros: Evidenciação e pela IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, e não identificou efeitos relevantes que pudessem distorcer as demonstrações contábeis tomados em conjunto.

## 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social está composto por 63.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas residentes no País.

<u>Sócio</u>	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>
Infinity Fundo de Investimento em Participações	21.300.000	135.770
Lajota Fundo de Investimento em Participações	21.300.000	135.770
Vincitore Fundo de Investimento em Participações	<u>21.300.000</u>	<u>135.770</u>
	<u>63.900.000</u>	<u>407.310</u>

b) Reservas de capital

Reserva especial de ágio	167.767
Reserva de ágio na emissão de ações	<u>6.445</u>
	<u>174.212</u>

A reserva especial de ágio corresponde à contrapartida do ágio incorporado pela Companhia em anos anteriores, deduzido da provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas, cujo efeito líquido corresponde ao benefício fiscal a ser gerado na sua realização e registrado como ativo diferido de imposto de renda.

c) Reservas de lucros

	Consolidado	
	(BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Reserva legal (i)	43.807	43.807
Reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado (ii)	184.341	54.395
Reserva de lucros para expansão (iii)	33.650	33.650
Reserva para incentivos fiscais (iv)	474	289
Reserva de lucros não distribuídos	7.682	129.946
Reserva de dividendos adicionais propostos (v)	<u>120.000</u>	<u>-</u>
	<u>389.954</u>	<u>262.087</u>

- (i) Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.
- (ii) Constituída para atender aos gastos de lançamentos de novos produtos, gastos de pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia.
- (iii) Retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para atender aos planos de expansão previstos em orçamento de capital.
- (iv) As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e posteriormente são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.
- (v) A retenção referente ao exercício de 2011 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 1º de março de 2012, a qual será submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária de 2012.

d) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei nº 6.404/76. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembleia Geral.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários.

Em 24 de maio de 2011, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no montante de R\$27.000, tomando-se como base o lucro líquido do primeiro trimestre de 2011, apurado em balanço intermediário da Companhia levantado em 31 de março de 2011.

Em 22 de novembro de 2011, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio no montante de R\$77.708 e de dividendos no montante de R\$150.000, esses últimos para pagamento a partir de 2012, pois ambos os pagamentos tomaram como base o lucro líquido acumulado até o terceiro trimestre de 2011, apurado em balanço intermediário da Companhia levantado em 30 de setembro de 2011.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receita bruta de vendas	1.486.294	1.334.543	2.657.876	2.281.821
Devoluções, descontos e outros	(323.924)	(276.200)	(1.045.882)	(822.840)
Impostos incidentes sobre as vendas	<u>(173.005)</u>	<u>(157.964)</u>	<u>(210.776)</u>	<u>(192.945)</u>
	<u>989.365</u>	<u>900.379</u>	<u>1.401.218</u>	<u>1.266.036</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	153.235	135.601	210.387	187.051
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	209.010	232.287	298.668	327.342
Demais despesas comerciais e administrativas	74.766	16.155	100.350	22.746
Gastos com pessoal	234.783	215.859	309.724	282.853
Depreciação e amortização	<u>15.348</u>	<u>12.493</u>	<u>20.584</u>	<u>16.176</u>
	<u>687.142</u>	<u>612.395</u>	<u>939.713</u>	<u>836.168</u>
Custo dos produtos vendidos	203.086	180.238	286.138	251.730
Com vendas	403.031	362.389	546.640	500.483
Gerais e administrativas	<u>81.025</u>	<u>69.768</u>	<u>106.935</u>	<u>83.955</u>
	<u>687.142</u>	<u>612.395</u>	<u>939.713</u>	<u>836.168</u>

## 23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Despesas com integração	(1.683)	(1.079)	(1.683)	(1.572)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (*)	30.710	(10.049)	30.057	(10.121)
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	(34)	(1.017)	(64)	(1.361)
PIS e COFINS sobre outras receitas	394	584	1.562	823
Outras	<u>676</u>	<u>430</u>	<u>1.254</u>	<u>1.070</u>
	<u>30.063</u>	<u>(11.131)</u>	<u>31.126</u>	<u>(11.161)</u>

(\*) Refere-se à baixa de provisões e pagamentos de débitos de INSS, PIS, COFINS e IRRF devido à adesão do REFIS instituído pela Lei nº 11.941, de 30 de novembro de 2009, cuja consolidação dos débitos foi concluída em 29 de junho de 2011.

## 24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Receita de juros	21.685	16.171	60.853	46.488
Variações monetárias ativas	7.658	5.555	7.658	5.588
Outras receitas financeiras	<u>2</u>	<u>6</u>	<u>538</u>	<u>408</u>
Total das receitas financeiras	<u>29.345</u>	<u>21.732</u>	<u>69.049</u>	<u>52.484</u>
Despesas de juros	(5.221)	(10.452)	(6.466)	(11.698)
Variações monetárias passivas	(12.232)	(13.050)	(14.506)	(13.236)
Outras despesas financeiras	(1.059)	(721)	(1.509)	(1.277)
Realização de ajuste ao valor presente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(692)</u>	<u>1997</u>
Total das despesas financeiras	<u>(18.512)</u>	<u>(24.223)</u>	<u>(23.173)</u>	<u>(24.214)</u>
Variação cambial passiva	(5.496)	(3.168)	(8.436)	(5.613)
Variação cambial ativa	<u>3.917</u>	<u>3.700</u>	<u>6.622</u>	<u>6.157</u>
Total da variação cambial líquida	<u>(1.579)</u>	<u>532</u>	<u>(1.814)</u>	<u>544</u>
Resultado financeiro líquido	<u>9.254</u>	<u>(1.959)</u>	<u>44.062</u>	<u>28.814</u>

## 25. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar, que abrange todos os seus colaboradores, na modalidade de um Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, administrado por entidade de previdência privada, no regime financeiro de capitalização. O valor do benefício é calculado em virtude da reserva matemática de benefícios a conceder na data de aposentadoria.

Estão inseridos no plano de aposentadoria oferecido os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por idade reversível ao cônjuge.
- Aposentadoria por invalidez reversível ao cônjuge.
- Pensão ao cônjuge não aposentado reversível a filhos menores de 21 anos.

Os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão ao cônjuge) foram modelados conforme um plano de contribuição definida.

A Companhia não tem nenhuma responsabilidade quanto ao risco técnico relativo à sobrevivência durante o período de capitalização ou mortalidade após o participante usufruir de benefício ou risco de invalidez no período de capitalização.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência complementar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 totalizaram R\$2.569 (R\$2.376 em 2010).

## 26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros considerando a concentração de riscos e sua relevância, a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

## 27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia e de suas controladas definem como “Caixa e equivalentes de caixa” valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não a investimento nem outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2011, os saldos que compõem essa rubrica estão apresentados na nota explicativa nº 5.

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Dividendos propostos	150.000	53.429	150.000	53.429
Ajuste de avaliação e reavaliação patrimonial	1.902	1.781	1.902	1.781
Compensação de imposto de renda com imposto a recuperar	8.595	-	15.052	5.773
Reserva de incentivos fiscais	185	289	185	289

## 28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS - CONSOLIDADO

A Companhia e suas controladas incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR e bônus aos administradores, não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por aquelas empresas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. A PPR em 31 de dezembro de 2011 era de R\$29.814 (R\$28.189 em 2010).

## 29. LUCRO POR AÇÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33 - Lucro por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído e total como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/11</u>	<u>31/12/10</u>
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas - R\$	380.673	332.388
Denominador básico e diluído-		
Ações em circulação (em milhares)	63.900	63.900
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	5,96	5,20

## 30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de março de 2012, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2011, estando aprovadas para divulgação.



### **Conselho de Administração**

Adalmiro Dellape Baptista	Presidente
José Luiz Depieri	Vice-Presidente
Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista	Conselheiro
Alexandre Gottlieb Lindenbojm	Conselheiro
Carlos Eduardo Depieri	Conselheiro
Jonas de Campos Siaulyš	Conselheiro
Luiz Antônio Martins Amarante	Conselheiro
Luiz Carlos Vaini	Conselheiro
Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista	Conselheiro

### **Diretoria**

José Ricardo Mendes da Silva	Diretor Presidente
Carlos Alberto Melo	Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação
Celso Pereira Sustovich	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Luciana Gualda	Diretora Jurídica
Manoel Arruda Nascimento Neto	Diretor da Unidade de Negócios Prescrição I
Marcelo Néri	Diretor da Unidade de Negócios Prescrição II
Sidinei Righini	Diretor Financeiro
Vânia de Azevedo Nogueira de A. Machado	Diretora Comercial
Wilson Roberto de Farias	Diretor Industrial

### **Contador**

Rosana de Mello Nasareth  
CRC - 1 SP - 258386/O-5